

Roberto Saturnino Braga

Hildete Pereira Melo: Você estudou engenharia na Universidade do Brasil, em que ano terminou?

Roberto Saturnino Braga: Em 1954. É curioso, pois naquela época estava muito dedicado à música, ao canto. Passei um tempo envolvido com o canto e quando me casei, fui trabalhar. Meu primeiro emprego como engenheiro foi na Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio.

Maria da Conceição Tavares: Como foi trabalhar no BNDE?

RSB: Soube que o Banco havia aberto um concurso, me inscrevi e passei. O concurso tinha uma prova de matemática financeira e outra, o exame de um projeto. Passei até com boas notas e me demiti do emprego da Álcalis, em Cabo Frio. Quando cheguei, soube que havia uma terceira “prova”, chamada de “investigação social”, que era a remessa e avaliação da ficha pelo DOPS. E fui reprovado. Isso foi em setembro de 1956, no governo JK. Soube que três dos aprovados no concurso haviam sido igualmente reprovados nessa prova: eu, o Juvenal Osório Gomes e o Ignacio Rangel. Mas entramos e o Campos foi essencial. Nunca deixei de mencionar isso, porque o Roberto Campos foi ao DOPS, ou sei lá onde, e disse que ia nos nomear, porque fomos aprovados e demonstramos conhecimento. Assumi a responsabilidade. Tomamos posse um mês depois dos outros, mas entramos. Eu era engenheiro e entrei para o departamento de projetos.

MCT: Eram os dois grandes departamentos que havia: o econômico e o de projetos. Eu era do departamento econômico e você era do departamento de projetos, como todos os engenheiros. Havia também alguns diplomatas, que não fizeram concurso, mas vieram com o Campos, pois eram do tempo da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Quando você entrou, em 1956, o Grupo Misto

Cepal-BNDE, que era de 1953, já fora criado. Quem estava lá era o José Pelúcio Ferreira, que foi assistente do Furtado, como estatístico e vinha do IBGE. Ele era muito discreto, muito modesto. Havia também o Juvenal Osório Gomes. Era o mais antigo, digamos, economista tecnocrata do Banco. Foi o que mais durou.

RSB: O que mais durou e o que mais fez. Também o que mais influência teve no departamento econômico. Já o Ignacio Rangel era um grande formulador. Não entrava em exame de projetos, não entrava em exame de prioridades nem traçados estratégicos, ficava com a formulação das grandes ideias. Cada projeto passava por um grupo de trabalho, que necessariamente tinha um engenheiro, um economista e um advogado. Esse grupo examinava os projetos, primeiro do ponto de vista da prioridade e, depois, da viabilidade financeira, da capacidade de pagamento e da rentabilidade.

MCT: Os estudos de mercado eram feitos pelo departamento econômico ou por vocês?

RSB: O departamento econômico, além de fazer os estudos econômicos, de mercado e de traçar prioridades estratégicas, indicava os economistas para participarem desses grupos de trabalho.

MCT: Quando tu entraste o Banco já estava na Rua 7 de setembro?

RSB: Já estava na 7 de setembro. Funcionou ali, precariamente, na expectativa dos financiamentos do Eximbank, que não vieram. Então criou-se o dispositivo do adicional do imposto de renda que forneceu os recursos para o financiamento brasileiro, claro. E o BNDE começou a funcionar com esses recursos.

MCT: Pois é. Na verdade, o superintendente mais importante foi o Roberto Campos, que pôs o Banco para funcionar, enquanto o Lucas Lopes era o presidente.

RSB: O Campos, aqui para nós, foi o fundador do BNDE. O Campos desenvolvimentista, como ele era naquela época. Depois é que ele criou os BIS – os bancos de investimento – e quis acabar com o BNDE. Isso já na ditadura.

MCT: Você se lembra da diretoria de seu tempo? Havia duas linhas. A nossa, com Cleantho de Paiva Leite, Ewaldo Correia Lima, o José Soares Maciel Filho, que era bom sujeito, político amigo do Vargas. E no outro lado estavam o Glycon de Paiva, o Vitor da Silva.

RSB: E depois, pouco depois, entrou o Celso Furtado como diretor. Ele tinha um gabinete no Banco, evidentemente, porque era diretor, mas ficava fisicamente mais tempo no Nordeste.

MCT: Trabalhamos com ele o Juarez Farias, que cuidava da indústria, e o Jader de Andrade, que era da agricultura. Eram todos muito novos, e entraram no primeiro concurso do Banco. O corpo técnico foi feito aí, com engenheiros, economistas, advogados. Você é um pioneiro do Banco.

RSB: O departamento de projetos tinha três divisões: de transporte, de energia e indústria. Fui para a divisão de transportes, cujo chefe era o Jacinto Xavier Martins e, coincidentemente, naquele momento o Banco estava concentrado no financiamento e remodelação das ferrovias, que andavam um bagaço. Havia muito tempo que as empresas encampadas não investiam nada. Por sua vez, o Estado encampou, mas também não investia nada. Até que chegou o momento em que as ferrovias ficaram estraçalhadas.

MCT: Na prática, aquele adicional do imposto de renda, que era o fundo do Banco no começo, deve ter ido basicamente para as ferrovias. Na verdade, eram os setores de ferrovia e de energia elétrica que preponderavam. O Banco, em matéria de transporte, teve sempre a ver com ferrovias e portos.

RSB: O terceiro setor do departamento era o industrial, que só entrou pesado na siderurgia. Isso demorou um pouco mais. Em 1956 e 1957, era ferrovia e depois vieram as usinas hidroelétricas.

MCT: Depois surgiu o Gemape, que era o Grupo Executivo de Máquinas Pesadas e Equipamentos, justamente por causa da siderurgia pesada. Não só as turbinas, mas todo o material pesado que não fosse aquele que tinha que importar.

RSB: Entrei para os projetos de ferrovias. Comecei a viajar, a conhecer o Brasil. O Banco tinha isso de bom, pois me proporcionou conhecer o Brasil todo: a Leopoldina, a Vitória-Minas, a rede do Nordeste, a Vifer do Rio Grande do Sul. Íamos visitar as ferrovias e conversar com os engenheiros para formular o projeto e modificar aquilo que era apresentado. Foi o período de reaparelhamento das ferrovias. Um dos itens do programa ferroviário era precisamente a extinção dos ramais deficitários. Havia na malha ferroviária grande número de pequenos ramais. Nos tempos em que não havia praticamente rodovia, a ferrovia funcionava com capilaridade entre esses ramais. Quando não tinham viabilidade econômica, propúnhamos sua extinção, que em geral era acompanhada de uma construção rodoviária equivalente que o Banco também financiava, para melhorar a condição econômica. Nesse programa do BNDE, eram poucos os trechos novos. Havia mais a remodelação de trechos já existentes, a restituição dos trilhos, do material naquelas linhas economicamente viáveis. E extinção dos trechos inviáveis. Era isso que fazíamos.

MCT: Por isso é que se chamava programa de reaparelhamento econômico. Na verdade o programa surgiu por causa das ferrovias. É por isso que o grupo de transportes da Comissão Mista foi um grupo gigantesco. Supostamente, os americanos, que deveriam dar dinheiro, não deram e então ficamos restritos aos recursos do adicional do imposto de renda.

RSB: Essa prática da análise econômica de projetos se fazia pela primeira vez no Brasil. Foi iniciativa do Campos, porque até então os investimentos públicos se decidiam por critérios políticos ou por pressões regionais.

MCT: Quando ele foi meu professor, de Monetária, já estava começando a mudar, a ficar mais liberal. Parece-me que ficou bastante marcado por conta dos problemas provenientes dos acordos de Roboré. Disse-me o Furtado que houve muita falação e que ele não era tão responsável quanto disseram. O fato é que virou ato político, os estudantes foram para a rua e apanharam.

RSB: Foi o Campos que me sugeriu que fizesse o curso da Cepal, em 1959, por aí, e no ano seguinte, o do Iseb. Fiz o curso do Iseb como funcionário do BNDE.

MCT: Então ele era considerado da ala progressista. Tanto que me gozava, mais velho, dizendo que eu ficava onde estava e ele agora ia faturar a mais-valia... Montou a Consultec. Mudou muito! Sei que quando saiu do Banco foi para Washington como cônsul e voltou à carreira do Itamaraty.

RSB: Bem, continuei na divisão de transportes. Em 1962 saí para ser deputado, pelo PSB. Eu era um deputado jovem, inexpressivo, novinho. Não fui cassado, embora fizesse parte da Frente Parlamentar, mas em 1966 não pude me recandidatar. Tive a candidatura impugnada por um ofício do SNI, o Serviço Nacional de Informação. Naquele tempo era assim. Então voltei para o Banco, no período do Jayme Magrassi de Sá.

MCT: Foi um período ruim, pois o Magrassi foi um dos presidentes mais complicados que o Banco teve. Foi ele quem acabou com o centro Cepal-BNDE. Se não fosse o Reis Velloso e o ministro do Planejamento, o Helio Beltrão, nós tínhamos acabado.

RSB: Queria mostrar serviço... Bem, voltei, mas fiquei na geladeira. Colocaram-me no departamento de controle, que era o que acompanhava os projetos, e fiquei contando tijolos das fábricas, quantos tijolos já tinham posto... Então pedi uma licença sem vencimentos. Saí por dois anos e fui trabalhar numa empresa de consultoria do Lafayette Prado, na área de transportes. Quando voltei o presidente já era o Marcos Vianna, na época do Delfim Netto. O Marcos Vianna consolidou

o Banco. Eu diria que os três grandes nomes do Banco foram o Campos, o Vianna e o Juvenal Osório, que foi quem conduziu o Banco todo esse tempo, sustentou, liderou os técnicos, fez o “meio de campo”. Fiquei 3 ou 4 anos com o Marcos e fui chefe de gabinete dele. Nesse meio tempo, ele fez a reforma do Banco. Contratou a Booz-Allen. Criou-se o departamento de planejamento (Deplan), que tinha as funções do antigo departamento econômico. Nomeou-me chefe do Deplan, mas ele me nomeava sempre interinamente, pois para nomear efetivamente tinha que consultar o SNI, e sabia que o SNI ia negar. Fiquei anos assim: no jeitinho brasileiro. Em 1974 fui eleito senador.

MCT: Naquela campanha fulminante. Não tínhamos candidato a senador e a malta nacionalista e progressista disse: “Mas tem aquele menino do Banco que já foi deputado e é muito bom. Fala bem, é muito sorridente, é boa pinta.” Era mesmo! E já tinha televisão pra valer.

RSB: Foi a primeira eleição que teve televisão. Isso foi importantíssimo! A eleição anterior tinha sido marcada pelo voto nulo. Nessa, eram senadores novos que apareciam na televisão. E mais, era realmente gratuito porque era ao vivo, não tinha gravação nem montagem, você chegava lá, sentava e tinha que falar quatro minutos. Então você marcava, pois se passasse era cortado. E naqueles quatro minutos a gente falava, dava o recado, ao vivo, não tinha gravação. Isso era ótimo. Foi o primeiro sinal da sociedade dizendo: “Chega desse troço!”. Em 1974, a única eleição majoritária que havia no país era a de senador, porque o presidente da República era nomeado, os governadores idem e prefeito das capitais também. Então a eleição representativa, plebiscitária, era a de senador. Ganhamos em 16 dos 22 estados. Quem entrou no mesmo ano que eu para o Senado foi o Paulo Brossard.

MCT: Você já estava no Senado quando o II PND foi implantado, e nele o Marcos Vianna teve uma importância fundamental. O Pratini de Moraes entrou como dobradinha dinâmica do Marcos para o Ministério de Indústria. E o BNDE era subordinado ao Ministério de Planejamento, que estava com o Reis Velloso.

RSB: O Velloso foi um bom ministro. Sensato, a cabeça no lugar.

MCT: Você trabalhou com estaleiros?

RSB: Ah, sim, com o Comércio e Navegação e com o Caneco. Eram os dois estaleiros nacionais que passaram pelo Banco e de cujo grupo de trabalho eu participei. Na época do Vianna, quando voltei ao Banco, a siderúrgica continuou, mas o propósito já era o de antecipar as últimas etapas do processo de substituição de bens de capital.

MCT: No seu tempo devem ter terminado a expansão da Usiminas e a ampliação da CSN, que levou um tempão. Porque na verdade criaram a CSN em 1941, que foi inaugurada em 1946, mas era alto forno. Não havia as máquinas de laminação, nada disso. Foi tudo trabalho do Banco. Quer dizer, a verdadeira siderurgia de aços planos é resultado do trabalho do Banco, porque o que havia eram altos fornos. O que na verdade as nossas siderurgias faziam era ferro-gusa, que não serve para muita coisa.

RSB: E esse ferro redondo, o vergalhão. O Marcos Vianna era capixaba, foi engenheiro ferroviário da Vale do Rio Doce, era cria do Eliezer Batista. Naquele momento, descobriu-se, descobriu-se não, mas avaliou-se a dimensão, a importância de Carajás.

MCT: Porque até então, as minas ainda estavam nas mãos dos americanos, tanto as de manganês quanto as de ferro.

RSB: Realmente, Carajás foi um grande passo.

MCT: Outra coisa importante foi ter rejeitado o parecer do Booz-Allen, que disse que nós não éramos competitivos em siderurgia. Porque eles queriam o minério, não queriam que a gente fizesse siderurgia pesada. Queriam que a gente fizesse ferro-gusa e que o minério ficasse com eles.

RSB: É verdade. A briga de Carajás passava pelo gabinete. Era de uma importância tão grande que o próprio gabinete do presidente se envolvia. E o financiamento foi do Banco.

MCT: A verdade é que se o Banco não entrasse na laminação pesada de planos e não entrasse em Carajás, nós não íamos ter indústria siderúrgica. Nem a Vale do Rio Doce ia a lugar algum. Iria permanecer o que era originalmente, uma comissãozinha criada nos tempos da ditadura do Vargas, a Comissão do Vale do Rio Doce. É o mesmo caso o da indústria química pesada, da petroquímica.

RSB: E o general Golbery do Couto e Silva, esteve muito envolvido nisso. Ele era da Dow Chemical.

MCT: Na verdade foram dois momentos: o Plano de Metas e o II PND. O Delfim pegou aquele milagre na base, quando a construção civil tinha crédito com o BNH. Mas o Marcos Vianna no BNDE é uma peça importante, pois foi o executor. Sem ele não haveria II PND.

RSB: Quando se instalou o governo Geisel, no início de 1974 ou no fim de 1973, por aí, nasceu a ideia do II PND, com o Velloso e com o Marcos Vianna.

MCT: O Velloso era quem concebia e aparava as arestas com o Mário Henrique. O Geisel tinha duas patas: o Mário que dava conta da estabilização, dos bancos, onde, aliás, houve escândalos; e o Velloso que tratava do planejamento. O Delfim não era tão simpático com o Banco. Ele deu o PIS-Pasep e introduziu o S, de BNDES. O S, como você sabe, até 1985 não andou. O primeiro S para valer foi com o Carlos Lessa, mesmo assim de dimensões pequenas, como um penduricalho. Quando você saiu do Banco?

RSB: Saí do Banco em 1975 e não voltei mais porque de senador fui a prefeito, e de prefeito fui a vereador. Aí me aposentei, quando cumpri meu tempo. Durante o período em que fui senador, e especialmente durante o período em que o Marcos estava lá, eu o acompanhei muito. A grande agência desenvolvimentista brasileira foi o BNDE. Um papel importante que o Banco teve foi de alavancar setores, definir rumos estratégicos e expandir a área de ciência e tecnologia. E é aí que entra o José Pelúcio. A grande obra do Pelúcio Ferreira foi, exatamente, descortinar essa visão e conseguir criar o que não tinha. Ele começou com o Funtec (Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico), depois foi para a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). O Marcos criou várias subsidiárias, para operacionalizar.

HPM: E Carajás?

RSB: Não me lembro dos detalhes. Lembro que foi um dos assuntos que tomou tempo nosso e que houve muita discussão. Lembro que o presidente, o Marcos Vianna, criou um grupo especial que levou muitos meses estudando em conjunto com a Vale toda a logística de Carajás. Estudou as dimensões, porque a disponibilidade de minério ali não é só ferro. E havia a parte da ferrovia Norte-Sul, que foi também financiada pelo Banco. A grande ferrovia era a estrada de ferro Vitória-Minas, que o Eliezer transformou, modernizou. O porto de Vitória foi o primeiro a ser modernizado. Passou a ser um grande porto exportador de minério.

MCT: E fizeram Tubarão quando? No JK ainda?

RSB: Logo depois. Tubarão foi um projeto também do Eliezer. Primeiro ele fez a modernização do porto de Vitória, depois viu que aquilo era pouco, porque o porto de Vitória tem condições físicas muito restritas. O porto de Vitória é um canal entre a ilha e o continente. E Tubarão tinha um calado muito bom e condições físicas muito melhores.

MCT: Foi com a Vale.

RSB: Ah, foi. E com a CSN. A Petrobras não, pois tinha recursos próprios. E Usiminas e também Furnas, pois para Três Marias a Eletrobrás tinha recursos,

mas não eram suficientes. O investimento era gigantesco e então o BNDES complementou todas essas grandes empresas.

MCT: É importante você estar mostrando a relação do Banco com a Vale.

RSB: Ah, foi fundamental.

MCT: E é fundamental, porque na verdade cruza transportes com minério e com siderurgia, e com o porto, para o escoamento. Na verdade é a articulação da infraestrutura logística com os recursos naturais.

RSB: Outra relação importante foi com a Embraer. Houve uma fase muito importante com o Marcos Vianna, e eu já estava no Banco, mas que na verdade começou antes. E também com toda a indústria pesada do Brasil.

MCT: Era para financiar o capital de giro das empresas e os bens de capital para as obras das estatais que continuavam. O Banco teve um período de rotação violentíssimo, com vários presidentes: o Luiz Antonio Sande de Oliveira, o José Lins Freire, José Carlos Perdigão Medeiros da Fonseca, de quem também não lembro muito. Depois vem o Dilson Funaro e aí é que começa a funcionar o S, mas ele vai do BNDES para o Ministério da Fazenda. Nos anos 1980, o Banco tinha um presidente atrás do outro, porque o Delfim estava na poderosa Seplan (Secretaria do Planejamento), ligada diretamente à Presidência da República. O Delfim ficou na Seplan de 1979 a 1985, e ela era o centro das decisões econômicas do país, ainda mais com a crise da dívida externa e com a inflação disparando. Na Fazenda estava o Karlos Rischbieter, depois o Ernane Galvêas e depois o Francisco Dornelles. No BNDES, depois do Dilson, veio o Franco Montoro Filho.

RSB: Engraçado, aqui tem um detalhe: com o Delfim, o Banco encolheu.

MCT: O Banco quase sumiu. Também com o Campos no ministério, só não sumiu porque fizeram o Finamão, como era conhecido o primeiro Finame. Depois, é como se o Banco ficasse no piloto automático, sem função estratégica porque não havia mais cabeça estratégica.

RSB: No final do período do Marcos Vianna, quando eu ainda estava lá, começou-se a discutir o S, pois se achava que o Banco tinha de entrar no social.

MCT: Até porque o PIS-Pasep tinha ido para lá. Vocês ganharam uma fonte permanente de recursos para fazer o social, quando na verdade os recursos foram para os grandes investimentos pesados.

RSB: Era uma velha discussão, que vinha desde os anos 1950. A maioria achava que se devia concentrar no econômico, pois se dispersasse não ia dar em nada.

MCT: Essa era a tese do Juvenal Osório, que não queria o social de jeito nenhum.

RSB: Avaliar o passado é sempre muito difícil. Tem horas que penso que foi um erro, outras em que penso que, se não fosse assim, será que teria dado certo? A gente nunca sabe. Aflorou naquele momento a necessidade do social, mas não se sabia como fazer.

MCT: Até porque quando o Médici foi ao Nordeste e voltou dizendo que o país era rico e o povo era pobre, deu um *frisson*... Na verdade, o Delfim, ministro da Fazenda dele, não tinha como preocupação o social.

RSB: Então, apesar do PIS-Pasep, a coisa não andou.

MCT: O que andou foi a aeronáutica que, na verdade, até então não existia e era um sonho. A Embraer não andava.

RSB: Aí o Banco entrou para valer. Não sei o que aconteceu com a Marinha, porque nos primórdios era o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica). E as fragatas da Marinha começaram a querer fabricar os computadores, e o comandante José Luiz Guarany, personagem de destaque nas articulações para a formação da Cobra, vivia no Banco. O Pelúcio montou um esquema para estudar e financiar a fabricação dos computadores para as fragatas da marinha.

HPM: Voltando à Marinha, tem alguma relação entre esse investimento das fragatas e o setor naval da década de 1970? O Fundo de Marinha Mercante tinha alguma coisa?

RSB: O Fundo de Marinha Mercante era todo mercante, e a Marinha era a de guerra. A Marinha na verdade nunca levou nada, mas conseguiu desenvolver a partir de 1979 o projeto Aramar. Não sei se o BNDE entrou no Aramar, talvez. Mas eles conseguiram produzir as tais centrífugas no Aramar, pois em 1982 realizou-se enriquecimento de urânio com a primeira centrífuga produzida no país. A Marinha sempre teve essa ponta tecnológica, de um lado com os computadores e do outro lado com o submarino atômico, querendo dominar o processo de energia atômica.

MCT: E as centrífugas atômicas, quem financiou?

RSB: Não sei, mas é capaz de ter sido o BNDE.

MCT: E Angra, a primeira central nuclear?

RSB: Foi aquele acordo com a Alemanha. Havia uma contrapartida em cruzeiros. Talvez tenha sido o BNDE, mas não sei. Talvez também a Eletrobrás estivesse na história.

MCT: Tem razão, a Eletrobrás até criou a Eletronuclear depois, em 1997, que era uma subsidiária. É tanta coisa que a memória não dá conta, pois a construção desse país não foi brincadeira, levou décadas. O projeto informático e de computação do Geisel – o da Cobra – fracassou. Ele queria entrar na terceira revolução industrial, mas não conseguiu.

RSB: Mas havia militares que se interessavam muito pela inovação tecnológica. O brigadeiro Sérgio Ferola e o brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, por exemplo. Há figuras de grande liderança nesse processo.

MCT: Essa é uma informação importante, porque o BNDE não era muito militarizado. Mesmo durante o golpe o Banco conseguiu driblar a intromissão. O Pelúcio contou que, como era menos conhecido, e era muito modesto, conseguiu ficar por lá e assumiu um departamento. Um coronel quis chatear, mas foi convencido de que não podia. E aí o exemplo sempre foi o do Roberto Campos, que tinha autorizado a contratação do pessoal vetado pelos órgãos de segurança. A história do Brasil é cheia de passagens esquisitas.

RSB: Um dos principais cabeças era o Isaac Kerstenetsky, que foi do IBGE, e foi quem “criou” o Pelúcio Ferreira.

MCT: Eles eram a trinca da pós-graduação: Isaac, Velloso e Pelúcio. Os cursos de pós-graduação foram criados no período militar. Até irrita quando gente progressista, de esquerda, não percebe que o Geisel construiu muita coisa, inclusive parte do social, como a previdência para os pessoal do campo.

RSB: O Geisel teve o ministro da Indústria dele, o Severo Gomes, que era uma bela figura.

MCT: Pois é disso que estou falando. Insisto que o Geisel era um nacionalista de direita, apoiava a repressão até que esta se virou contra ele mesmo. E era o irmão dele, Orlando Geisel, que era ministro do Exército. Eu me lembro de quando o Geisel fez a declaração da entrada de capital estrangeiro para a prospecção. Constrangido, pois ele era do Conselho Nacional do Petróleo, originariamente.

RSB: Outro engenheiro do BNDE que vale a pena ser ouvido e que sabe tudo da petroquímica é o Paulo Vieira Belotti. Ele foi depois para a Petrobras, onde era o homem da petroquímica e também a ligação com o Banco. Entrou no mesmo concurso que eu.

MCT: Sobre essa relação com a Petrobras, sei que tem a petroquímica, mas quem fez aquilo? Foi o Belotti? Ele tinha peso político? O único técnico do Banco

com peso político, porque ficou tanto tempo e serviu a todo mundo, era o Juvenal Osório. Os demais não tinham peso político. Depois, o Pelúcio ganhou peso político porque foi para a Finep, e era um peso político que articulava a academia, a pesquisa e a tecnologia.

RSB: O Geisel gostava muito do Belotti, que foi o vice-ministro do Severo.

MCT: A partir do Marcos Vianna, a distribuição de recursos nos orçamentos de infraestrutura, indústria, etc. é mais ou menos estável para os grandes grupos. O problema é saber se dentro de cada grande grupo há projetos estratégicos ou não. No caso do Marcos, havia. Creio que só agora, há novamente projetos estratégicos. Penso se no período em que o Carlos Lessa estava no Banco houve tempo para projetos estratégicos. Não me lembro de nenhum. Creio que a necessidade de reorganização tomou tempo, e pouco restou para a formulação de novos. E quando começou a BNDESPAR? Foi no seu tempo?

RSB: Não, foi depois.

MCT: É capaz de ter começado com o Marcos Vianna, sabe por quê? Porque o Banco emprestava muito para a siderúrgica, e os japoneses tiraram o time das siderúrgicas. Depois tiraram também da naval, mas a naval ainda tinha o Fundo de Marinha Mercante, enquanto a siderurgia não tinha fundo nenhum especial. Então, na siderúrgica é quase certo que Banco entrou com as ações, tanto que a primeira privatização foi siderurgia. Foi no governo do Itamar Franco, e não no do Fernando Henrique. Portanto ainda tinha uma carteira de ações, logo, deve ter criado. A BNDESPAR foi criada em 1982 e no início era uma carteira de ações de participações do Banco no financiamento. Como o tempo passava e eles não pagavam, o Banco acabava virando acionário.

RSB: Convertia em ações.

MCT: Isto! Não começou para maus fins, mas terminou com maus fins. E na verdade, ao começar a fazer isso segurou ações de empresas. Como é que a Usiminas poderia ir para a Bolsa se não pagava ao governo? E os japoneses nunca mais botaram um tostão.

RSB: Nunca mais.

MCT: Bem, lembra-se de mais alguma coisa que queira comentar?

RSB: Não.